



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Revisão e optimização da Lei da habitação económica e do regime de habitação

A questão da habitação é um dos assuntos que mais preocupa a população. Para responder às necessidades de habitação dos residentes, o Governo teve em consideração a situação geral das habitações económicas e sociais, definindo a política de “cinco níveis de habitação”, para garantir as condições básicas de habitação dos diferentes grupos sociais. A política habitacional, desde a sua implementação, tem obtido resultados notórios. No entanto, existem alguns problemas e insuficiências a ser melhorados. Espero que o Governo do novo mandato proceda, atempadamente, a estudos para conhecer as necessidades dos residentes, que reveja e optimize, consoante a situação real da sociedade, a Lei n.º 13/2020 - Alteração à Lei n.º 10/2011 (Lei da habitação económica), para que a política de habitação seja mais flexível e se adequue, de facto, às necessidades dos residentes.

O ambiente sócio-económico é mutável e a procura de habitação por parte dos residentes também. A lista provisória dos candidatos ao concurso de habitação económica de 2023, publicada recentemente pelo Governo, conta com 6562 candidaturas, das quais 5076 foram admitidas. Segundo os mesmos dados, em 2023, foram disponibilizadas 5415 fracções de habitação económica, número considerado relativamente suficiente. Quanto à idade dos candidatos, a maior percentagem



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

situa-se entre os 23 e os 44 anos, a maioria em idade de casar, em fase de constituir família e de ter filhos, necessitando urgentemente de uma habitação. Muitas vezes, os residentes focam-se no desenvolvimento a longo prazo, e as fracções T1 não conseguem satisfazer as necessidades do casamento e procriação. O Governo deve, tendo em conta as necessidades reais dos residentes, proceder à revisão adequada da Lei da habitação económica, concretizando verdadeiramente o objectivo político de “habitação e bem-estar para todos”.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Nos últimos anos, o Governo tem construído vários projectos de habitação económica e a oferta de fracções é cada vez maior. Segundo algumas opiniões, espera-se que o Governo pondere as necessidades de desenvolvimento familiar dos residentes e lance novas medidas para apoiar as famílias jovens na troca de fracções. O Governo deve proceder à revisão da Lei da habitação económica, permitindo que os seus titulares procedam à “troca de fracção” mediante o pagamento da diferença do preço e que, considerando o número de elementos do agregado familiar, os titulares que reúnem os requisitos tenham a oportunidade de trocar de fracção T1 para T2 e de T2 para T3, com vista a dar resposta ao aumento do agregado familiar e a melhorar o ambiente habitacional dos residentes e das suas novas gerações. Vai fazê-lo?
2. A habitação é primordial para quem quer constituir família, e pode afectar, em certa medida, a vontade dos jovens em casar-se e ter filhos. Face à actual situação das baixas taxas de casamento e de fertilidade, o Governo deve



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ponderar sobre a adopção de políticas de habitação direccionadas para as pessoas em idade de casar, prestar-lhes os devidos cuidados e dar-lhes prioridade na escolha e atribuição da tipologia de fracções, para aumentar a vontade dos jovens em casar e ter filhos. Vai fazê-lo?

3. O preço da habitação económica na Zona A dos novos aterros encontra-se fixado em 35600 patacas por metro quadrado (cerca de 3 300 patacas por pé quadrado). Segundo algumas opiniões da sociedade, a capacidade de compra de habitação por parte dos residentes está a diminuir, e o preço de venda da habitação económica aumentou significativamente e ultrapassou já a capacidade de alguns residentes das camadas sociais mais baixas. A finalidade original da habitação económica era apoiar os residentes com determinados níveis de rendimento na resolução dos seus problemas habitacionais. O Governo deve proceder a uma avaliação plena da capacidade aquisitiva e contributiva dos residentes, e reapreciar e ajustar os preços de venda das habitações económicas dos novos aterros, com vista a, efectivamente, ajudar a resolver os problemas habitacionais. Vai fazê-lo?

6 de Janeiro de 2025

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Zheng Anting**